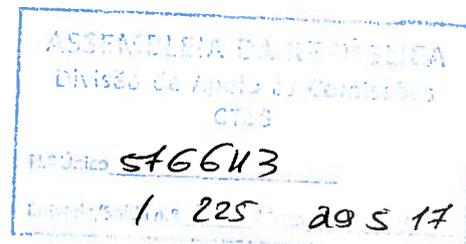


De: José Romão <jromao@apegeologos.pt>
Enviado: segunda-feira, 29 de maio de 2017 12:27
Para: Comissão 10ª - CTSS XIII
Assunto: Pedido de Audiência Parlamentar (substituição de email anterior por conter um lapso)
Anexos: Carta_Comissão_CPSST.pdf



Exmo. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar do Trabalho e Segurança Social,
Dr. Feliciano Barreiras Duarte

Ref.060/2017-DIR

Lisboa, 17 de maio 2017

Assunto: SOLICITAÇÃO DE AUDIÊNCIA PARLAMENTAR VISANDO EXPOR ASPETOS DE QUE SE REVESTE O EXERCÍCIO DA NOSSA PROFISSÃO E A NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DA ORDEM DE GEÓLOGOS.

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓLOGOS (APG) foi constituída em 11 de novembro de 1976, como uma associação de direito privado, tendo por objetivo representar os geólogos portugueses e de promover as boas práticas, tanto no plano da competência como da conduta profissional.

Correspondendo à vontade manifestada pelos seus associados, a Direção da APG elaborou um projeto de diploma de criação de uma associação pública profissional dos geólogos portugueses, acompanhada de uma nota justificativa da necessidade da sua constituição, nos termos dos artigos 3.º e 7º da Lei n.º 2/2013 de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

Nos termos da Lei mencionada, a APG dispõe, também, de um estudo elaborado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) sobre a profissão de geólogo, quer no que se refere ao preenchimento das condições necessárias à formação de uma associação pública profissional (artigo 2º), quer ao cumprimento dos requisitos exigidos para sua constituição (número 1 do artigo 3º) e ao seu impacte na regulação da profissão.

Estando deste modo reunidas as condições de prosseguir com o processo de constituição de uma associação pública profissional dos geólogos portugueses e tendo a APG já auscultado os partidos políticos com assento na Assembleia da República, solicitamos a Vossa Excelência a oportunidade de uma audiência da "Comissão Parlamentar do Trabalho e Segurança Social", visando expor os aspetos particulares de que se reveste o exercício da nossa profissão e as razões de interesse público que justificam a nossa pretensão.

Gratos pela V. atenção e com elevada consideração, subscrevemo-nos,

José Manuel Romão

Presidente da Associação Portuguesa de Geólogos



Exmo. Senhor Presidente da Comissão Parlamentar
do Trabalho e Segurança Social,
Dr. Feliciano Barreiras Duarte

Ref.060/2017-DIR

Lisboa, 17 de maio 2017

Assunto: SOLICITAÇÃO DE AUDIÊNCIA PARLAMENTAR VISANDO EXPOR ASPETOS DE QUE SE REVESTE O EXERCÍCIO DA NOSSA PROFISSÃO E A NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DA ORDEM DE GEÓLOGOS.

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓLOGOS (APG) foi constituída em 11 de novembro de 1976, como uma associação de direito privado, tendo por objetivo representar os geólogos portugueses e de promover as boas práticas, tanto no plano da competência como da conduta profissional.

Correspondendo à vontade manifestada pelos seus associados, a Direção da APG elaborou um projeto de diploma de criação de uma associação pública profissional dos geólogos portugueses, acompanhada de uma nota justificativa da necessidade da sua constituição, nos termos dos artigos 3.º e 7º da Lei n.º 2/2013 de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

Nos termos da Lei mencionada, a APG dispõe, também, de um estudo elaborado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) sobre a profissão de geólogo, quer no que se refere ao preenchimento das condições necessárias à formação de uma associação pública profissional (artigo 2º), quer ao cumprimento dos requisitos exigidos para sua constituição (número 1 do artigo 3º) e ao seu impacte na regulação da profissão.

Estando deste modo reunidas as condições de prosseguir com o processo de constituição de uma associação pública profissional dos geólogos portugueses e tendo a APG já auscultado os partidos políticos com assento na Assembleia da República, solicitamos a Vossa Excelência a oportunidade de uma audiência da "Comissão Parlamentar do Trabalho e Segurança Social", visando expor os aspetos particulares de que se reveste o exercício da nossa profissão e as razões de interesse público que justificam a nossa pretensão.

Gratos pela V. atenção e com elevada consideração, subscrevemo-nos,



José Manuel Romão

Presidente da Associação Portuguesa de Geólogos